

O BRASIL NO CENÁRIO DO COMÉRCIO MUNDIAL DE POLVOS – UM ESTUDO DE CASO

The Brazilian panorama in the world octopus trade - a study case

Alessandro Melo Archidiacono^{1,3}, Acácio Ribeiro Gomes Tomás^{2,3}

RESUMO

A cadeia produtiva da pesca de polvo com potes no Estado de São Paulo foi implementada a partir da demanda do mercado externo criada em 2003. No presente trabalho apresenta-se os resultados da avaliação desde 2001, quando o recurso era capturado somente pela pesca de arrasto, e entre novembro de 2005 a outubro de 2007, a partir de entrevistas com representantes de todos os segmentos da cadeia. Com os dados obtidos de comércio exterior do Brasil, possibilitou a avaliação dos principais importadores ao longo desse período. O Estado de São Paulo respondeu pela maior parte das exportações brasileiras (47,59%), sendo o mercado europeu o principal destino.

Palavras-chaves: polvo, *Octopus cf vulgaris*, pesca, exportação, comércio, São Paulo.

ABSTRACT

The productive chain of the octopus pot fishery in Sao Paulo State began in response to the international market demand developed as of 2003. This paper reports the results of its evaluation since the year 2001, when octopuses were caught only by the trawl fisheries, and between November, 2005 and October, 2007 through interviews with representatives of all elements of the production chain. Data from The Brazilian international octopus trade allowed the evaluation of the main import enterprises along this period. Sao Paulo State has shown the highest contribution for Brazilian octopus exports (47.59%), having the European market as its main outlet.

Key words: *Octopus cf vulgaris*, fishery, exportation, trade, Sao Paulo State.

¹ Programa de Pós-Graduação em Aqüicultura e Pesca-Instituto de Pesca - amarchidiacono@gmail.com – Bolsista FAPESP/Proc.05/57776-4.

² Pesquisador Científico – CAPTAPM – Instituto de Pesca - argtomas@pesca.sp.gov.br

³ Endereço / Address: Av. Bartolomeu de Gusmão, 192 – CEP: 11030-906 – Santos – SP – Brasil

INTRODUÇÃO

Os organismos marinhos de interesse comercial são parte de uma rede economicamente complexa, justificando a necessidade de ordenação das pescarias, não apenas objetivando ao equilíbrio do ambiente, mas também para não comprometer a disponibilidade de alimentos e a própria sustentabilidade da pesca (Castro *et al.*, 2005).

Os polvos possuem alto conteúdo de vitaminas A, B, C, D e sua alta digestibilidade protéica, atingindo 100%, enquanto que na carne bovina este índice é de 63% (McGregor, 1987), sendo indicado para dietas controladas.

Em meados de 2002 foi criada uma demanda¹ ao Brasil a fim de ocupar parte do mercado internacional de polvos, em virtude da rediscussão dos acordos internacionais de pesca entre os países europeus (particularmente a Espanha) e os norte-africanos (Marrocos e Mauritânia) para a captura de cefalópodes no “Banco Sahariano” (Balguerias & Quintero, 1998). Até então, a utilização de potes na pesca de polvos era efetuada somente em caráter experimental na baía de Guanabara (Costa & Haimovici, 1990), e no litoral norte paulista (Seckendorff *et al.*, 1999), apesar de tentativa anterior sem êxito na década de 70 (Grassi *et al.*, 1976). Comercialmente, as capturas dessa espécie eram originárias da pesca de arrasto, sendo que o seu produto não supria às exigências dos mercados europeu e asiático, motivando o desenvolvimento de uma nova pesca com potes de caráter industrial, para atender à demanda nascente (Tomás *et al.*, 2004).

O polvo-comum, *Octopus cf vulgaris*, é uma espécie semelpárea de grande valor econômico para o Brasil, ocorrendo no Sudeste-Sul até 29°S, em profundidades de até 150 m e fundos de cascalho ou pedra, sendo objeto de estudo anterior sobre sua biologia populacional e avaliação de estoques (Tomás, 2003). Devido à grande eficiência da pesca com potes, a captura e o esforço direcionado à espécie aumentaram consideravelmente, com produção média anual de polvo no período de 2000 a 2003 de 200 t somente no Estado de São Paulo, variando de 93 t em 2002, a 316 t em 2003 (Tomás *et al.*, 2004).

O objetivo desta contribuição é avaliar o comércio externo brasileiro de polvo entre 2001-2007, des-

taçando o volume exportado, a geração de divisas, os principais mercados, a participação das unidades da federação, e comparando as exportações declaradas pelo Brasil com as dos países importadores.

MATERIAL E MÉTODOS

Obtenção dos dados

Dados de captura de polvo dos principais países pesqueiros em suas zonas de pesca no Oceano Atlântico, das unidades da federação brasileira e do Estado de São Paulo (esta, subdividida em pesca de potes e arrasto de fundo a partir de entrevistas com representantes dos segmentos dessa cadeia, entre novembro de 2005 e outubro de 2007) desde 1995, oriundos, respectivamente, da FAO/FIGIS (2007), do IBAMA (2007) e Instituto de Pesca/PROPESQ (2007), foram analisados e relacionados aos dados de comércio exterior brasileiro de polvo em volume físico (kg) e monetário (US\$/FOB) obtidos em consultas à MDIC (2007)², sob três partidas (códigos) específicas: 03075100 (polvos vivos, frescos ou refrigerados); 03075920 (polvos secos, salgados ou em salmouras); 03075910 (polvos congelados), e, ainda, informações das importações de polvos da Espanha (ICEX/ESTACOM, 2007)³, o Japão (Japan Customs, 2007)⁴ e Estados Unidos da América - EUA (NMFS, 2007)⁵ procedentes do Brasil.

RESULTADOS

Instrumentos legais

Para melhor compreender como são realizados os caminhos burocráticos (instrumentos legais) do comércio exterior, apresenta-se na seqüência um resumo de como são realizadas as exportações brasileiras.

As operações de exportação/importação somente podem ser realizadas por pessoas físicas e/ou jurídicas inscritas no MDIC (2007). Pessoas físicas somente podem exportar mercadorias em quantidades que não revelem a prática de comércio e desde que o produto seja destinado à exposição em feiras ou como amostra sem valor comercial, respeitando o limite de US\$ 5.000,00, não configurando habitualidade, salvo no caso de artesãos, agricultores e as-

¹ Procura de polvos que os consumidores desejaram adquirir no mercado internacional brasileiro, a fim de suprir a carência comercial do produto.

² Exportações brasileiras de polvo entre 2001 e setembro de 2007.

³ Importações espanholas de polvo procedentes do Brasil entre 2001 e julho de 2007.

⁴ Importações japonesas de polvo procedentes do Brasil entre 2004 e agosto de 2007.

⁵ Importações norte-americanas de polvo procedentes do Brasil entre 2001 e 2006.

semelhados. No caso dos agricultores, estes devem estar devidamente cadastrados como autônomos e inscritos no MDA/INCRA (2007).

A empresa que realiza exportação se beneficia do não recolhimento do ICMS⁶, IPI, PIS/COFINS, e alíquota 0% de IOF sobre as operações de crédito, câmbio e seguros. Como não há incidência do ICMS e IPI sobre a exportação, não deverá o seu valor ser destacado na respectiva nota fiscal de exportação, e em nota fiscal de operação (ICMS), no mercado interno, com o fim específico de exportação.

Os custos normais relativos ao processo de exportação envolvem despacho aduaneiro, despesas portuárias, bancárias (ocasionalmente, despesas com embalagens especiais), despesas consulares, registro do produto no mercado(s)-alvo(s) e eventual comissão de representante. Outros custos podem ser incorporados em função de eventual adequação do produto às exigências do mercado alvo (ex.: testes higiênico-sanitários). Todo o processo referente a transporte é classificado como transporte multimodal de cargas. É regido por um único contrato, utilizando-se de uma ou mais modalidades de transporte, e executado sob a responsabilidade de um "operador de transporte multimodal" (OTM), ou seja, a pessoa jurídica contratada para a realização do transporte multimodal de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros. O OTM assume a responsabilidade pela execução des-

ses contratos, prejuízos resultantes de perda, danos ou avaria as cargas sob sua custódia, assim como por aqueles decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo acordado.

Para realizar uma negociação de exportação/importação, é obrigatório obedecer a um conjunto de regras internacionais de interpretação dos termos mais comumente usados no comércio exterior. A fim de corrigir estes problemas, a Câmara de Comércio Internacional (CCI), com sede em Paris, interpretou e consolidou as diversas formas contratuais que vinham sendo utilizadas no comércio internacional, assim, as incertezas de diferentes interpretações de tais termos em diversos países, venham a ser evitadas ou pelo menos reduzidas a um grau considerável. A CCI criou, em 1936, os Incoterms, que definem dentro da estrutura de um contrato de compra e venda internacionais, os direitos e obrigações recíprocas do exportador/importador estabelecendo um conjunto-padrão de definições e determinando regras e práticas neutras, como por exemplo: onde o exportador deve entregar a mercadoria, a quem onera o frete, quem é o responsável pela contratação do seguro, e têm o objetivo, uma vez que se trata de regras internacionais, imparciais, de caráter uniformizador, que constituem toda a base dos negócios internacionais e objetivam promover sua harmonia. Os Incoterms são agrupados em quatro categorias por ordem crescente de obrigação do exportador (Tabela I).

Tabela I - Categorias dos Incoterms.

Grupo	Incoterms	Descrição
E de Ex (Partida - Mínima obrigação para o exportador)	<i>EXW - Ex Works</i>	Mercadoria entregue ao comprador no estabelecimento do vendedor.
F de Free (Transporte principal não pago pelo exportador)	<i>FCA - Free Carrier</i> <i>FAS - Free Alongside Ship</i> <i>FOB - Free on Board</i>	Mercadoria entregue a um transportador internacional indicado pelo comprador.
C de Cost ou Carriage (Transporte principal pago pelo exportador)	<i>CFR - Cost and Freight</i> <i>CIF - Cost, Insurance and Freight</i> <i>CPT - Carriage Paid To</i> <i>CIP - Carriage and Insurance Paid to</i>	O vendedor contrata o transporte, sem assumir riscos por perdas ou danos às mercadorias ou custos adicionais decorrentes de eventos ocorridos após o embarque e despacho.
D de Delivery (Chegada - Máxima obrigação para o exportador)	<i>DAF - Delivered At Frontier</i> <i>DES - Delivered Ex-Ship</i> <i>DEQ - Delivered Ex-Quay</i> <i>DDU - Delivered Duty Unpaid</i> <i>DDP - Delivered Duty Paid</i>	O vendedor se responsabiliza por todos os custos e riscos para colocar a mercadoria no local de destino.

Fonte: MDIC (2007)

⁶ Siglas no anexo.

Nas exportações de polvo é sempre utilizada a modalidade "Free on Board" (FOB), onde o seguro é de responsabilidade do importador, cabendo ao exportador apenas fornecer os dados eventualmente solicitados pelo comprador para contratar o seguro. O exportador é o responsável pelo desembaraço da mercadoria e encerra suas obrigações quando a mercadoria transpõe a amurada do navio no porto de embarque indicado e, a partir naquele momento, o importador assume todas as responsabilidades quanto a perdas e danos.

O comércio de polvo

Segundo a FAO/FIGIS (2007), a região centro-leste e oeste do Oceano Atlântico apresentaram a maior parcela da captura mundial de polvos entre 1995-2004, seguido pelo nordeste, sudeste e sudoeste do Oceano Atlântico (Figura 1). Havendo ainda as regiões classificadas como "Outros Oceanos", fazendo parte delas os Oceanos Índico e Pacífico e o Mar Mediterrâneo e Negro.

Dentre as nações com maior expressão nessas capturas de polvos no mundo entre 1995-2004, o Marrocos foi quem obteve maior participação, seguido pela Espanha, o México, a Mauritânia, o Portugal e o Brasil (Figura 2). Não é retratada neste gráfico a produção do Senegal para o mesmo período. A exceção do México, a produção dos demais países é oriunda de uma mesma espécie, *Octopus cf vulgaris*.

Considerando somente as regiões Sudeste e Sul do Brasil entre 2000-2006, o Estado de São Paulo foi responsável pela maior participação das capturas de polvos, seguido pelos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro⁷ (Figura 3).

Dentre as artes de pesca que capturaram e desembarcam o recurso no Estado de São Paulo entre 2000-2006, a pesca com potes representou uma maior participação em comparação a pesca de arrasto de fundo (Figura 4).

Ao avaliar as exportações brasileiras de polvos entre 2001-2007 (set.), 64,0% foram escoadas por via marítima, 30,0% por via aérea, e apenas 6,0% por via rodoviária.

O Brasil exportou polvos entre 2001-2007 (set.), alcançando um volume físico de 4.140.500 kg, e valor monetário de US\$ 16.312.715,00 dólares (MDIC, 2007). A exportação na forma de "polvos congelados" foi a mais expressiva (Tabela II), seguido de "polvos secos, salgados ou em salmouras" alcançando um volume físico de 12.281 kg, US\$ 72.047, e de "polvos vivos, frescos ou refrigerados" alcançando um volume físico de 7.703 kg, US\$ 42.057.

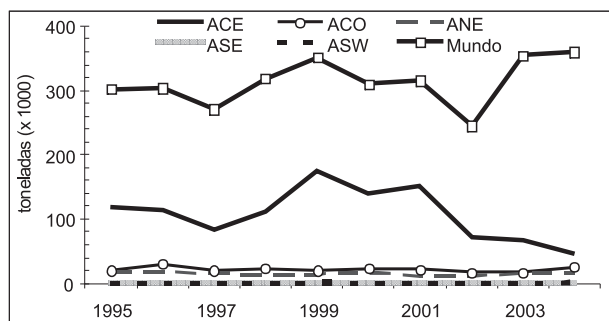


Figura 1 - Produção de polvos no mundo e nas diferentes áreas de pesca do Oceano Atlântico (ACE: Atlântico Centro-Leste; ACO: Atlântico Centro-Oeste; ANE: Atlântico Nordeste; ASE: Atlântico Sudeste, ASW: Atlântico Sudoeste) (Fonte: FAO/FIGIS, 2007).

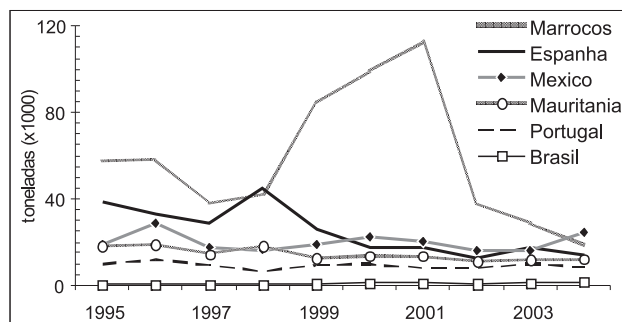


Figura 2 - Produção pesqueira de polvos dos principais países atuantes no Oceano Atlântico e Brasil. (Fonte: FAO/FIGIS, 2007)

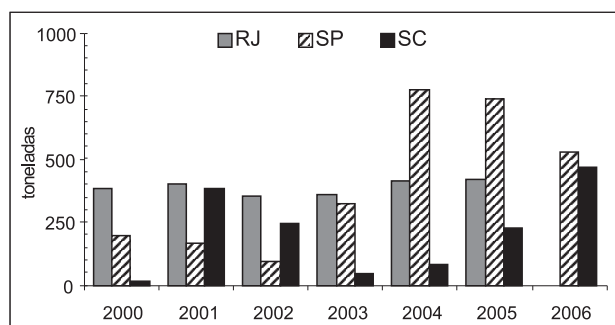


Figura 3 - Produção pesqueira de polvos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. (Fonte: IBAMA - Instituto de Pesca/PROPESQ - UNIVALI/CTTMAR/GEP, 2007).

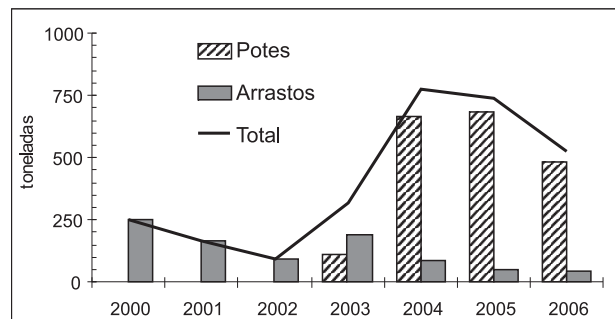


Figura 4 - Comparação entre a produção de polvos na pesca de arrasto de fundo e com potes no Estado de São Paulo. (Fonte: Instituto de Pesca/PROPESQ, 2007).

⁷ As informações referentes às capturas do Estado do Rio de Janeiro em 2006 não estavam disponíveis.

Tabela II - Exportações brasileiras de “polvo congelado”, 2001-2007.

Ano	US\$/FOB	Kg
2001	605.370	265.784
2002	349.430	116.923
2003	1.036.729	295.679
2004	5.323.715	1.241.437
2005	3.813.863	881.568
2006	2.814.428	787.378
2007	2.255.076	531.747
Total	16.198.611	4.120.516

Fonte: MDIC (2007)

Os principais destinos das exportações brasileiras de “polvo congelado” entre 2001-2007 (set.) foram os mercados da União Européia, Ásia, Améri-

cas e África. Também se pôde observar que o maior valor monetário médio e volume físico de polvo congelado exportado foram pelo mercado Europeu (Tabela III).

O Estado de São Paulo respondeu por quase a metade do volume físico das exportações brasileiras de “polvo congelado” entre 2001-2007 (set.), seguido por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de observar evidentes diferenças de volume físico menor e valor monetário maior ao declarado pelo Estado de São Paulo e Santa Catarina (Tabela IV).

Entre 2001-2007 (set.) a categoria “polvo congelado” registrou uma maior participação nas exportações oriundas de São Paulo destinadas para a Europa, a Ásia e as Américas (Tabela V).

Tabela III - Destino das exportações brasileiras de “polvo congelado”, 2001-2007 (set.).

Ano	União Européia		Ásia		Américas		África	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	515.935	214.063	78.435	45.270	7.926	5.647	3.074	804
2002	320.186	103.280	7.893	4.503	20.122	8.732	1.229	408
2003	843.117	222.965	-	-	193.612	72.714	-	-
2004	4.774.731	1.065.247	364.937	113.125	184.047	63.065	-	-
2005	2.849.234	584.443	604.692	188.989	359.937	108.136	-	-
2006	2.502.268	659.130	62.316	50.556	249.844	77.692	-	-
2007	1.941.655	452.784	23.093	14.307	290.328	64.656	-	-
Total	13.747.126	3.301.912	1.141.366	416.750	1.305.816	400.642	4.303	1.212

Fonte: MDIC (2007)

Tabela IV - Exportações brasileiras de “polvo congelado” por unidade federativa, 2001-2007.

Ano	São Paulo		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Pernambuco	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	345.581	141.870	104.177	61.308	992	1.127	-	-
2002	230.592	70.240	29.239	13.638	-	-	-	-
2003	321.430	71.423	19.392	8.380	-	-	319.757	100.904
2004	2.451.728	659.966	2.692.500	539.913	96.415	19.370	65.376	19.660
2005	2.141.569	529.500	1.588.187	314.389	84.107	37.679	-	-
2006	813.168	364.046	1.609.583	325.957	364.882	92.804	-	-
2007	338.415	123.937	1.917.483	408.669	-	-	-	-
Total	6.642.483	1.960.982	7.960.561	1.672.254	546.396	150.980	385.133	120.564

Fonte: MDIC (2007).

Tabela V - Exportações brasileiras de “polvo congelado” - São Paulo - 2001-2007 (set.)

Ano	União Européia		Ásia		Américas	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	345.581	141.870	-	-	-	-
2002	230.592	70.240	-	-	-	-
2003	314.950	69.263	-	-	6.480	2.160
2004	2.019.187	525.178	359.937	112.125	72.604	22.663
2005	1.253.148	262.794	604.568	188.927	283.853	77.779
2006	691.838	282.115	62.316	50.556	59.014	31.375
2007	223.440	98.000	21.251	14.167	93.724	11.770
Total	5.078.736	1.449.460	1.048.072	365.775	515.675	145.747

Fonte: MDIC (2007)

No mesmo período, Santa Catarina também teve no mercado europeu sua melhor representação, seguido pelo americano, asiático e africano (Tabela VI). Semelhante quadro foi observado para o Rio Grande do Sul (Tabela VII) e Pernambuco (Tabela VIII).

Os principais mercados externos identificados na exportação de “polvo congelado” do Brasil, representando seus respectivos continentes, foram a Espanha, o Japão e os Estados Unidos da América (Tabela IX).

A Espanha registrou importações de “polvo congelado” entre 2001-2007 (jul.) procedente do Brasil, através do Instituto Espanhol de Comércio Exterior (ICEX/ESTACON, 2007), onde disponibiliza o acesso ao banco de dados ESTACON (Tabela X).

Pelos dados obtidos junto ao Ministério de Finanças do Japão entre 2004-2007 (ago.), disponibilizados via acesso ao banco de dados JAPAN CUSTOMS (2007), verificou-se queda no preço médio do produto (Tabela XI).

Tabela VI - Exportações brasileiras de “polvo congelado” em Santa Catarina, 2001-2007 (set.).

Período	União Européia		Américas		Ásia		Africa	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	16.556	10.928	6.914	4.510	78.435	45.270	2.272	600
2002	-	-	20.120	8.730	7.890	4.500	1.229	408
2003	1.349	1.055	18.043	7.325	-	-	-	-
2004	2.641.398	518.161	46.102	20.752	5.000	1.000	-	-
2005	1.511.979	283.970	76.084	30.357	124	62	-	-
2006	1.527.855	302.579	96.172	26.817	-	-	-	-
2007	1.718.215	354.784	182.982	50.306	1.842	140	-	-
Total	7.417.352	1.471.477	446.417	148.797	93.291	50.972	3.501	1.008

Fonte: MDIC (2007)

Tabela VII - Exportações brasileiras de “polvo congelado” no Rio Grande do Sul, 2001-2007 (set.).

Ano	União Européia		Américas	
	US\$/FOB	kg	US\$/FOB	kg
2001	-	-	992	1.127
2002	-	-	-	-
2003	-	-	-	-
2004	96.415	19.370	-	-
2005	84.107	37.679	-	-
2006	282.551	74.424	82.331	18.380
2007	-	-	-	-
Total	463.073	131.473	83.323	19.507

Fonte: MDIC (2007)

Tabela VIII - Exportações brasileiras de “polvo congelado” de Pernambuco - 2001-2007 (set.).

Ano	União Européia		Américas	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	-	-	-	-
2002	-	-	-	-
2003	259.405	76.760	60.352	24.144
2004	35	10	65.341	19.650
2005	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Total	259.440	76.770	125.693	43.794

Fonte: MDIC (2007)

Tabela IX - Exportações brasileiras de “polvo congelado” (Espanha/Japão/EUA), 2001-2007 (set.).

Ano	Espanha		Japão		EUA	
	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg	US\$/FOB	Kg
2001	394.313	158.173	-	-	7.926	5.647
2002	254.071	79.660	-	-	2	2
2003	528.336	138.878	-	-	175.569	65.389
2004	3.314.091	749.094	321.644	99.596	137.535	42.203
2005	2.626.664	531.217	604.568	188.927	60.157	28.228
2006	2.502.244	659.118	62.316	50.556	153.672	50.875
2007	1.898.547	444.164	23.093	14.307	-	-
Total	11.518.266	2.760.304	1.011.621	353.386	534.861	192.344

Fonte: MDIC (2007).

Tabela X - Importações da Espanha de “polvo congelado” procedente do Brasil, 2001-2007 (jul).

Ano	US\$/FOB	Kg	US\$/kg
2001	358.112	135.608	2,64
2002	459.494	150.715	3,05
2003	468.740	126.193	3,71
2004	4.414.996	810.335	5,45
2005	3.529.787	622.255	5,67
2006	3.275.338	700.044	4,68
2007	341.710	63.986	5,34
Total	12.848.177	2.609.136	4,92

Fonte: ICEX/ESTACON (2007)

Tabela XI - Importações do Japão de “polvo congelado” procedente do Brasil, 2004-2007 (ago).

Ano	US\$/FOB	Kg	US\$/kg
2004	425.685	63.527	6,70
2005	1.409.499	227.771	6,19
2006	245.566	50.541	4,86
2007	75.030	14.304	5,25
Total	2.155.780	356.146	6,05

Fonte: Japan Customs (2007).

Tabela XII - Importações de “polvo congelado” pelos Estados Unidos, 2001-2006.

Ano	US\$/FOB	Kg	US\$/kg
2001	6.914	4.502	1,54
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	124.487	19.629	6,34
2005	5.768	11.368	0,51
2006	253.913	50.811	5,00
Total	391.082	86.310	4,53

Fonte: NMFS (2007)

O mercado norte-americano registrou importações de “polvo congelado” em 2001-2006, procedente do Brasil (Tabela XII). Nesse período, o Estado de São Paulo desembarcou um total de 2.625.179 kg de polvo e um equivalente de 1.837.045 kg do seu volume físico total foram exportados, supondo-se que a diferença de volume físico desembarcado e exportado tenha sido absorvida pelo mercado interno (Figura 5).

DISCUSSÃO

O cenário da captura mundial de polvos aponta a região centro-leste do Oceano Atlântico como a mais produtiva, embora apresente uma tendência de queda nos últimos anos - registrando valores inferiores aos de meados da década de 90, abaixo de 100 mil toneladas (FAO/FIGIS, 2007). Das nações que mais capturam polvos no Atlântico, o Marrocos vem apresentando um crescente destaque, com maior representatividade entre 1999-2001, período em que houve retração da frota espanhola por força do fim de acordos de pesca no Banco Sahariano (Balguerias & Quintero, 1998).

A pesca de polvos no Sudeste/Sul do Brasil teve sua representatividade crescente no começo de 2003 a partir do início da pesca com potes, apresentando decréscimo a partir de 2005. Da comparação entre as artes que capturam polvo, como arrasto de fundo e espinhéis com potes, a participação da pesca de polvos com potes apresenta crescimento de produção a partir de 2003, sendo que, anteriormente a produção de polvo era quase que exclusiva da pesca de arrasto de fundo, considerado como produto secundário dessa pesca (Costa & Haimovici, 1990).

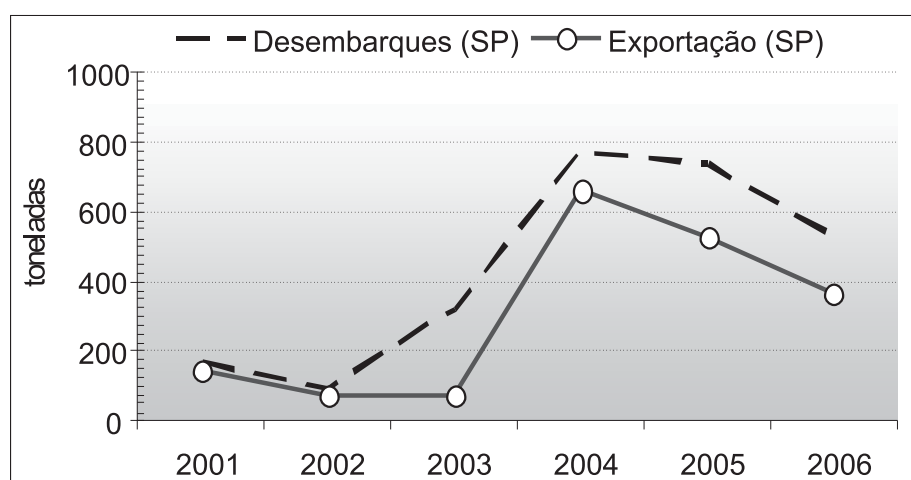


Figura 5 - Comparativo dos desembarques e exportações no estado de São Paulo (Fonte: Instituto de Pesca/PROPESQ - MDIC, 2007).

A via marítima apresentou a maior participação para o escoamento das exportações brasileiras de polvo, devido à incidência de baixos custos deste modal de transporte, ao contrário da via aérea.

Nas exportações brasileiras, o “polvo congelado” foi o de maior comercialização. Um dos parâmetros críticos da qualidade do produto congelado é a aparência, sendo a coloração um dos índices de qualidade mais importantes. Entretanto, a embalagem também influencia na qualidade e durabilidade, pois altera o ambiente ao redor do produto, criando condições que retardam as reações de deterioração (Chávez & Brinati, 1999), previne a evaporação da umidade, e evita perdas de peso e alterações de aparência, textura e aroma (Leon, 1997).

Em 2004 o Brasil registrou sua maior comercialização de polvo, sendo a União Européia o maior importador, assim como o Estado de São Paulo identificado como o maior exportador de “polvo congelado”. O Estado de Santa Catarina apresentou-se como o segundo maior exportador de “polvo congelado”, e a União Européia como seu maior importador, tendo apresentado valor monetário médio por quilograma em aproximadamente duas vezes e meia superior ao de São Paulo.

A tendência de crescimento no preço médio em alguns dos mercados avaliados no período do estudo pode indicar um melhor atendimento a demanda desses mercados com relação a polvos de maior porte. Na Espanha o preço médio ao consumidor do polvo pode atingir cerca de dez euros por quilo (Tomás, com.pess.). Quanto ao consumo de produtos de elevado valor agregado como o polvo, à demanda é elástica, pois ante a queda do preço, o consumo crescerá, e nem sempre na mesma proporção (Galofre, 1997). Faz-se então o detalhamento das relações comerciais estabelecidas entre os países devido à facilidade de acesso aos registros de importação daqueles países.

Os resultados configuram a importância dos Estados de São Paulo e Santa Catarina como exportadores de polvos. A queda nas exportações nos últimos anos reflete a participação de outros mercados exportadores, como os países norte-africanos e, em boa parte, os acordos comerciais pesqueiros entre esses países e a Espanha.

Apesar de sua significativa participação para a exportação brasileira, o mercado argentino não participou do comparativo das relações comerciais entre os países devido a difícil acesso aos registros de importação daquele país. Informações obtidas nas entrevistas indicam que parte da produção brasileira de polvos escoada para esse país tem como destino final a Europa.

Agradecimentos - Os autores agradecem ao apoio do Instituto de Pesca de São Paulo e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP (Proc. 05/57776-4), pela bolsa de mestrado concedida ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balguerías, E. & Quintero, M.E. The origin of the Saharan fishery for cephalopods. *ICES CM 1998/M*: 33, 1998.
- Castro, L.A.B.; Yamanaka, N.; Arfelli, C.A. & Seckendorff, R.W. Situação atual da cadeia produtiva do pescado no litoral do Estado de São Paulo. *Bol. Inst. Pesca, ser. Rel. Téc.*, São Paulo, n.21, p.21-55, 2005.
- Chávez, D.T.C. & Brinati, M.A. Principais pescarias industriais sul-americanas: situação e perspectivas frente à globalização da economia mundial, p.1035-1048, in *Anais do XI CONBEP*, Recife, 1999.
- Costa, P.A.S. & Haimovici, M. A pesca de polvos e lulas no litoral do Rio de Janeiro. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.42, n12, p.1124-1130, 1990.
- FAO/FIGIS. Food and Agriculture Organization/Fisheries Global Information System – Disponível em: <<http://www.fao.org>> Acesso em: 05/02/2007.
- Galofre, A.A. Introducción sobre a problemática del comercio de productos pesqueros en la region del Pacífico sudeste. *Rev. Com. Perm. Pacif. Sur*, Lima, v.24, p.111-115, 1997.
- Grassi, R.T.B.; França, L.F. & Tanji, S. Experimentação do uso de potes para a captura de polvos no litoral paulista durante o ano de 1974/75. *Ser.Inf.Téc. Cient.*, São Paulo, n.1, p.22-44, 1976.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Recursos Pesqueiros. Disponível em: <www.ibama.gov.br> Acesso em: 10/03/2007.
- ICEX/ESTACOM. Instituto Espanhol de Comércio Exterior/Base de datos de estadísticas españolas de comercio exterior. Disponível em: <<http://www.icex.es>> Acesso em: 05/10/2007.
- Instituto de Pesca/PROPESQ. Unidade Laboratorial de Referência em Controle Estatístico da Produção Pesqueira Marinha. Disponível em: <<http://www.pesca.sp.gov.br>> Acesso em: 10/03/2007.
- Japan Customs. Trade Statistics of Japan – Ministry of Finance. Disponível em: <<http://www.customs.go.jp>> Acesso em: 25/09/2007.
- Leon, J.S.. La industria pesquera y su impacto ambiental. *Rev. Com. Perm. Pacif. Sur*, Lima, v.24, p.96-101, 1997.

McGregor, B.M. *Manual of tropical product, Agriculture Department, Office of Transport*. Manual of Food and Agriculture, Washington, DC. 668 p., 1987.

MDA/INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 10/02/2007.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 20/10/2007.

NMFS. National Marine Fisheries Service – Fisheries Statistics Division. Disponível em: <<http://www.st.nmfs.gov>> Acesso em: 15/10/2007.

Seckendorff, R.W.; Tomás, A.R.G.; Gelli, V.C.; Pereira, R.T.L. & Petrere Jr., M. Octopus x mussels: an increasing supplemental income on mitiliculture, p.

1074-1079, in *Anais do XI Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, v.2*, Recife, 1999.

Tomás, A.R.G. *Dinâmica populacional e avaliação de estoques do polvo comum (Octopus vulgaris Cuvier, 1799) no Sudeste-Sul do Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências de Rio Claro, UNESP, 464 p., 2003.

Tomás, A.R.G.; Ávila-da-Silva, A.O. & Bastos, G.C. Pot fishery for octopus, an alternative for trawling in São Paulo State coast, southeastern Brazil. *ICES CM 2004: CC 27*, Vigo, 2004.

UNIVALI/CTTMAR/GEP. Universidade do Vale do Itajaí/SC – Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar – Grupo de Estudos Pesqueiros. Disponível em: <<http://siaiacad04.univali.br/>> Acesso em: 10/03/2007.